



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº: 0312584-8

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0008843-52.2013.8.17.0000

CÔMARCA : Recife

SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso

SUSCITADO : Juízo de Direito do 3º Juizado Especial Criminal da Capital

PROCURADORA : Drª. Eleonora de Souza Luna

RELATOR : Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida (substituto)

EMENTA:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO IDOSO. DELITO PREVISTO NO ARTIGO 140 DO CÓDIGO PENAL (INJÚRIA). VÍTIMA NÃO IDOSA. CONEXÃO OU CONTINÊNCIA. INOCORRÊNCIA.

I - Segundo inteligência do art. 90-D da Lei Complementar Estadual nº 143/2009, compete ao Juizado Especial Criminal do Idoso conciliar, processar e julgar os delitos de menor potencial ofensivo, assim definidos pela legislação federal, que tenham por vítimas as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

II - Hipótese em que a parte ofendida não é pessoa idosa.

III - *In casu*, embora as duas ações envolvam as mesmas partes, apenas em pólos invertidos, não há elementos para aferir se as razões da ofensa foram motivadas pelo mesmo fato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

IV - Conflito que se conhece para declarar competente o Juízo de Direito do 3º Juizado Especial Criminal, ora suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Conflito de Competência nº 0312584-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em conhecer do conflito para declarar competente o Juízo do 3º Juizado Criminal da Capital**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 19 de 04^{de} 2013.

Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº: 0312584-8

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0008843-52.2013.8.17.0000

COMARCA : Recife

SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso

SUSCITADO : Juízo de Direito do 3º Juizado Especial Criminal da Capital

PROCURADORA : Drª. Eleonora de Souza Luna

RELATOR : Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida (substituto)

RELATÓRIO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso (fl.21), depois de se reconhecer incompetente para conhecer e julgar o Termo Circunstanciado de Ocorrência autuado sob o número 01.002.0006.318/2011.3.3.

O feito criminal em apreço foi originariamente distribuído para o Juízo de Direito do 3º Juizado Especial Criminal, o qual, acatando cota ministerial reconheceu a existência de outro processo com as mesmas partes tramitando no Juizado Criminal do Idoso (fl. 16), proferiu despacho (fl. 17), declinando de sua competência, para processar e julgar o fato delituoso, determinando a remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal do Idoso.

Por sua vez, o Juízo de Direito do Juizado Criminal do Idoso, suscitou o presente conflito, ao argumento de que o artigo 90-D, da Lei Complementar Estadual nº 143/2009, restringe a atuação do Juizado Especial Criminal do Idoso apenas para processar e julgar as infrações penais que tenham por vítimas pessoas idosas, com idade igual ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

superior a 60 anos, o que não é o caso, bem como não enxergou nenhum elemento de conexão ou continência que ensejasse o processamento conjunto do presente feito e o processo de nº 0000010-02.2013.8.17.8130, que já tramita no referido Juizado.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Eleonora de Souza Luna ofereceu parecer (fls.33/35), opinando pelo provimento do conflito, para que seja declarada a competência do Juízo suscitado, para processar e julgar o presente processo.

É o relatório.

Recife, 13 de 07 de 2013.

Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº: 0312584-8

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0008843-52.2013.8.17.0000

COMARCA : Recife

SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso

SUSCITADO : Juízo de Direito do 3º Juizado Especial Criminal da Capital

PROCURADORA : Drª. Eleonora de Souza Luna

RELATOR : Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida
(substituto)

MÉRITO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito do Juizado Criminal do Idoso (fls. /21/22), depois de se reconhecer incompetente para conhecer e julgar o Termo Circunstanciado de Ocorrência autuado sob o número 01.002.0006.318/2011.3.3.

Infere-se dos autos, que Ramiro Ferreira Barros, prestou queixa na Delegacia da 6ª Circunscrição – Cordeiro, pelo fato de sua irmã, Josedete Barros Pereira ter sido mordida na coxa e perna, lado direito, por dois cães de propriedade de Marcelo Bezerra Torres Varejão.

Ao tomar conhecimento do ocorrido com sua irmã, Ramiro procurou Marcelo, a fim de evitar que tal fato viesse a se repetir, momento em que foi agredido verbalmente pelo imputado.

A hipótese versa sobre o delito previsto no artigo 140 do Código Penal (injúria), delito punível com detenção, de um a seis meses, ou multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

De início, é de se proceder com uma análise conjugada das normas legais que definem a competência do Juizado Especial Criminal do Idoso.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em seu art. 94, prevê:

“Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal”.

O artigo 90-D, da Lei Complementar Estadual nº 143/2009, dispõe:

“Art. 90-D- Compete ao Juizado Especial Criminal do Idoso conciliar, processar e julgar os delitos de menor potencial ofensivo, assim definidos pela legislação federal, que tenham por vítimas as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos”.

Assim, depreende-se dos textos legais acima transcritos, que, em atenção à natureza protetiva das normas instituídas pela Lei 10.741/2003, a melhor exegese do seu art. 94 é a de que, aos crimes cometidos contra idosos, cuja pena máxima cominada seja de até 4 anos, aplica-se, tão-somente, o procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95, porque mais célere, e, como tal, mais benéfico ao idoso, bem assim que ao Juizado Especial Criminal do Idoso compete processar e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

julgar os delitos de menor potencial ofensivo, apenas os que tenham por vítimas as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

No caso em questão, a vítima Ramiro Ferreira Barros é pessoa não idosa.

De igual modo, verifico não se tratar a hipótese de conexão ou continência, senão, vejamos:

Observa-se, que o fato objeto deste processo, segundo o Boletim de Ocorrência de fls. 07/08, ocorreu em 06/10/2012, enquanto o processo que tramita no Juizado Especial Criminal do Idoso, cujas partes são as mesmas, embora em pólos invertidos, ocorreu em 06/11/2012.

De acordo com o artigo 92, da Lei Federal nº 9099/95, o Código de Processo Penal pode ser utilizado subsidiariamente e tal hipótese, de conexão ou continência, terá de ser resolvida à luz do Código Processual.

Assim, estabelece o artigo 103 do Código de Processo Civil, que duas ou mais ações são conexas quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir, enquanto que na continência a identidade entre os elementos da ação é maior porquanto é necessário haver entre as ações identidade quanto às partes, à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras (art. 104 do CPC).

In casu, embora as duas ações envolvam as mesmas partes, apenas em pólos invertidos, não há elementos para aferir se as razões da ofensa foram motivadas pelo mesmo fato, qual seja, o cachorro do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

imputado ter mordido a irmã da vítima e, em consequência de tal fato, a vítima ao procurar o imputado para conversar sobre o ocorrido, ter sofrido a ofensa.

Registre-se, ainda, que possuir as mesmas partes não é requisito para conexão.

Isto posto, conheço do presente conflito de competência, **declarando a competência do Juízo suscitado, ou seja, o Juízo de Direito do 3º Juizado Criminal da Comarca do Recife**, para processar e julgar o processo em comento.

Recife, 14 de 05 2013.

Juiz Paulo Victor de Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto